

O SOCIALISMO REAL RUSSO ENQUANTO DISTOPIA DA TEORIA COMUNISTA DE KARL MARX.

El Socialismo Real Ruso Como Distopía de la Teoría Comunista De Karl Marx
Russian Real Socialism as a Dystopia of Karl Marx's Communist Theory

Fábio Antunes Vieira¹

Resumo: Ao longo do século XX, vários líderes revolucionários reivindicaram as teorias do filósofo alemão Karl Marx no que tange ao comunismo, de modo a sustentarem ações supostamente destinadas a supressão da sociedade burguesa e do capitalismo, em prol da emergência de uma nova forma de organização da sociedade sem classes, regulada pelos trabalhadores e, em certa medida, pautada por princípios de justiça social. Contudo, em relação a tais teorias marxistas, o que implementaram, na prática, foi a organização de sociedades marcadas pelo pensamento distópico. Neste sentido, não por acaso, enquanto a teoria passou a ser descrita como socialismo científico, as distorções de suas práticas foram admitidas como socialismo real. Todavia, visto que as singularidades históricas, políticas, econômicas e sociais de cada uma das revoluções socialistas que irromperam o século XX não podem ser negligenciadas, neste texto procurarei enfatizar, além da teoria marxista enquanto utopia, algumas abordagens inerentes ao socialismo real russo, de modo a evidenciar sua vocação distópica em relação a própria teoria.

Palavras-chave: Marxismo, utopia, socialismo, distopia, comunismo e Rússia.

Resumen: A lo largo del siglo XX, varios líderes revolucionarios reivindicaron las teorías del filósofo alemán Karl Marx respecto al comunismo, con el fin de apoyar acciones supuestamente encaminadas a reprimir la sociedad burguesa y el capitalismo, en favor del surgimiento de una nueva forma de organización de un mundo sin clases, regulada por los trabajadores y, hasta cierto punto, guiada por principios de justicia social. Sin embargo, en relación con tales teorías marxistas, lo que implementaron, en la práctica, fue la organización de sociedades marcadas por un pensamiento distópico. En este sentido, no es casualidad que, si bien la teoría llegó a ser descrita como socialismo científico, las distorsiones de sus prácticas fueron admitidas como socialismo real. Sin embargo, como no se pueden descuidar las singularidades históricas, políticas, económicas y sociales de cada una de las revoluciones socialistas que estallaron en el siglo XX, en este texto buscaré enfatizar, además de la teoría marxista como una utopía, algunos enfoques inherentes al socialismo real ruso, para resaltar su vocación distópica en relación con la teoría misma.

Palabras clave: Marxismo, utopía, socialismo, distopía, comunismo y Rusia.

Abstract: Throughout the 20th century, several revolutionary leaders claimed the theories of the German philosopher Karl Marx regarding communism, in order to support actions supposedly aimed at suppressing bourgeois society and capitalism, in favor of the emergence of a new form of organizing a classless society, regulated by workers and, to a certain extent, guided by principles of social justice. However, in relation to such Marxist theories, what they implemented, in practice, was the organization of societies marked by dystopian thinking. In this sense, it is not by chance that while the theory came to be described as scientific socialism, the distortions of its practices were admitted as real socialism. However, since the historical, political, economic and social singularities of each of the socialist revolutions that broke out in the 20th century cannot be neglected, in this text I will seek to emphasize, in addition to Marxist theory as a utopia, some approaches inherent to Russian real socialism, of in order to highlight its dystopian vocation in relation to the theory itself.

Keywords: Marxism, utopia, socialism, dystopia, communism and Russia.

Introdução

O filósofo alemão Karl Marx vivenciou, no século XIX, um Ocidente Europeu convulsionado por um conjunto de transformações que viabilizaram, dentre outras coisas, a consolidação do

¹ Doutor em Desenvolvimento Social e graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente do Campus Januária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7682-010X>

sistema capitalista, particularmente em sua fase industrial, embora não homogeneamente em todos os lugares. Neste contexto, ele procurou compreender a funcionalidade e as condições de existência do sistema capitalista, inclusive no que tange ao papel desempenhado pelo proletariado. Em obras como o "Manifesto do Partido Comunista" de 1848, escrito em parceria com Friedrich Engels, bem como no primeiro volume de "O Capital" de 1867, Marx fundou as bases teóricas daquilo que seus interpretes passaram a denominar como marxismo. Na primeira obra, ele chamou a atenção, dentre outras coisas, para a luta de classes como o motor da História, de modo a conclamar a união internacional dos trabalhadores à luta contra a burguesia, com o propósito de supressão do capitalismo em prol da constituição de uma sociedade comunista, pautada, sobremaneira, pela democracia social. Já na segunda obra, mais complexa, produzida após a exortação à luta de classes, Marx propriamente desnudou o sistema capitalista. Nela é possível compreender, entre outras coisas, o fator mais condicionante das desigualdades sociais inerentes ao sistema, qual seja, a obtenção da mais-valia a partir do trabalho proletário pelo burguês, detentor do poder da exploração em função do controle dos meios de produção enquanto propriedade privada.

Evidentemente, não é meu propósito resumir tão complexas obras em um parágrafo, mas tão somente evidenciar, de modo introdutório, o pensador cuja matriz teórica enseja este texto. É certo que Marx continua atual no que se refere ao uso de suas teorias para a compreensão do sistema capitalista, embora seu determinismo histórico acerca da queda deste sistema face à emergência do comunismo pareça cada vez mais distante, sobretudo após o fim da Guerra Fria. Todavia, o século XX foi marcado por várias revoluções cujos líderes reivindicaram tal perspectiva, algumas das quais, a exemplo da chinesa, norte-coreana e, já menos evidente, cubana, têm procurado resistir ao tempo. Creio ser correto afirmar que nenhuma delas logrou êxito, por diversas razões, em converter a teoria marxista em prática, pois a sociedade comunista desprovida de classes, da regulação do Estado, pautada pela coletivização dos meios de produção e justiça social, jamais chegou a ocorrer em qualquer parte do mundo moderno. Assim, as revoluções que reivindicaram a luta dos trabalhadores pela constituição da sociedade comunista, em linhas gerais, se perderam em meio a fase socialista, de transição, mais especificamente em sua etapa da ditadura, não do proletariado como defendeu Marx, mas em nome do proletariado, onde, aliás, heterogeneamente algumas se mantêm em discurso até hoje, a exemplo das supracitadas.

Por não terem conseguido concretizar aquilo a que se propunham a partir do marxismo, tais revoluções, findas ou em curso, terminaram por impor nas sociedades às quais foram aplicadas, uma realidade distinta do sonho social partilhado coletivamente. Neste sentido, compreendendo a teoria comunista de Marx como uma utopia, sua aplicação revolucionária enquanto ideologia, ao se distanciar do seu sentido eutópico, implicou sua própria distopia, como sugere Lyman Sargent

(2008: pp.3-13). No que tange a utopia, Sueli Cassal (2007: p.5) também afirma que, embora Marx e Engels tenham se insurgido "contra os socialistas" então admitidos como "utópicos", a exemplo de Charles Fourier, "ambos delineavam esse mundo do amanhã, onde os proletários e não mais a burguesia e o capital seriam os protagonistas e onde se suprimiria a propriedade individual da terra". Destarte, "a marcha da História mostrou, portanto, que também eles trilharam o caminho das utopias".

Admitindo, como Lucy Sargisson (2018: p.1), que "todas as utopias e todo o utopismo derivam de um descontentamento com o presente", entendendo presente como o momento histórico vivido, Marx pode ser interpretado como um utopista. Para tanto, ele não só se mostrou descontente com o tipo de sociedade emergente do iluminismo, das revoluções industriais, da consolidação do sistema capitalista controlado pela classe burguesa no século XIX, como propôs uma alternativa de organização da sociedade à massa de trabalhadores que, como em si próprio, fomentou em muitos deles a esperança em um futuro melhor que a realidade vivenciada. Em outras palavras, Marx fomentou uma eutopia, embora os movimentos mais significativos que reivindicaram suas teorias só tenham ocorrido após sua morte, em março de 1883.

Como evidenciado, nos últimos parágrafos procurei encadear uma linha de raciocínio que justifique o entendimento da teoria marxista como uma utopia, mais precisamente sua derivação eutópica, antes de tratar da sua aplicação ideológica a partir do exemplo do socialismo russo, como uma distopia. Contudo, visto que os estudos que versam sobre utopia no Brasil são relativamente recentes, creio ser oportuno procurar tecer algumas definições sobre o assunto. Para tanto, além de minha compreensão, usarei Lucy Sargisson e Lyman Sargent como principais aportes teóricos.

O Comunismo de Marx: Uma Perspectiva Utópica

O utopismo enquanto "fenômeno" de produção de utopias, de se pensar utopicamente, de se situar na condição de utopista, é anterior ao próprio termo, sendo a obra "A República", de Platão, sua manifestação mais conhecida desde a Antiguidade na Grécia, embora não tenha sido a primeira. Contudo, etimologicamente, a palavra "utopia" foi cunhada por Thomas More, em obra homônima publicada em 1516. Sua tradução é complexa, mas em termos gerais representa um devir de sociedade no tempo e no espaço, em uma perspectiva melhor ou pior que a realidade vivenciada. Em seu aspecto positivo, chamada "eutopia", a utopia remete ao sentimento de esperança e partilha em relação ao sonho social por dias melhores. É a "sombra que perseguimos (...) no horizonte" aparentemente "fora do alcance". Por conta de sua tradução mais cabível, em função dos elementos gregos (gráficos e fonéticos) que a constitui, a palavra eutopia como um "bom não lugar", ou um bom lugar que foge à realidade, pode ser compreendida quase que como um sinônimo da própria

palavra utopia, conforme é possível interpretar a partir de Lucy Sargisson (2018: p.6). Todavia, ressalva seja feita, utopia enquanto eutopia não implica a ideia de perfeição, uma vez que ela deve conter sempre a flexibilidade para mudanças, embora não radicalmente, segundo Lyman Sargent (2008: p.6).

Acerca da utopia negativa chamada distopia, de uso historicamente mais recente, sua definição parte do princípio de que o utopista evidencia uma perspectiva ruim de uma "sociedade inexistente", mas por ele imaginada, em relação a "sociedade na qual vive", como entende Lyman Sargent (2008: p.9). Sobre o assunto, é válido salientar que o próprio Lyman Sargent não a interpreta necessariamente como algo ruim. Para ele, as distopias "têm uma mensagem positiva, na medida em que constituem alertas explícitos para o que poderá acontecer se não moldarmos o nosso futuro" (2008: p.7). Para Tom Moylan (2016: p.53), a distopia consiste em uma "negativa da utopia" a qual "ainda se imagina um todo coerente que, no entanto, é pior do que a sociedade atual". Já Lucy Sargisson (2018: p.10) argumenta que as distopias são "inspiradas pelo medo". Para ela, trata-se de um "medo real", motivado pelos eventos inscritos em realidades vivenciadas, a exemplo de "assassinatos em massa, genocídio", autoritarismo, totalitarismo e "exploração", dentre outras ocorrências observadas no século XX, embora não exclusivamente. Tal entendimento desta última pensadora, já adianta alguns elementos que favorecerão as discussões pretendidas, no sentido de evidenciar o socialismo real russo enquanto fomentador de distopia em relação a teoria marxista.

Acredito que tais definições, além de cooperarem para uma melhor elucidação acerca do que seja utopia para além do senso comum (onde ela é admitida como algo irrealizável), também ratifica a possibilidade de tratar a teoria comunista de Marx de modo utópico, conforme já discorrido. Ainda neste sentido, partilhando o entendimento de Ruth Levitas, citada por Lucy Sargisson (2018: p.3), de que uma utopia nasce da convicção inconformista de que "as coisas não precisam ser assim", bem como das indagações inerentes ao "como devemos viver" e como realizar esse novo modo de viver, as teorias de Marx, que condicionam o comunismo como utopia, também fazem sentido.

Em relação à convicção, seu inconformismo quanto a exploração do proletariado em meio ao sistema capitalista é notório em termos teóricos. Quanto às indagações, é certo que Marx se preocupou mais em tratar das circunstâncias necessárias ao processo revolucionário em si, ou seja, se preocupou mais com a etapa socialista de transição, do que especificamente com o detalhamento organizacional citadino de uma futura sociedade comunista. Neste ponto, Marx não esclarece como seria viver em uma sociedade sem a tutela de um Estado, por exemplo, algo impensável aos mais hobbesianos. Talvez, exatamente por encaixar-se como uma utopia, como um devir, o comunismo de Marx, embora inegavelmente delimitado por algumas condições para sua existência, tenha sido vislumbrado a partir de uma máxima, de que a cada um será exigido aquilo que for inerente a sua

capacidade, sob a compensação de sua necessidade, ideia que fomenta vasta discussão, embora não aqui.

Enquanto docente, a definição do que venha a ser uma sociedade comunista segundo o pensamento marxista, foi algo que durante muito tempo me atormentou, diante da necessidade mais objetiva de trabalho junto aos discentes. Obviamente, a questão conceitual de tratar-se de uma sociedade imagética desprovida de propriedade privada dos meios de produção, pautada (dentro do possível) pelo princípio de justiça social, sem classes e sem a necessidade da regulação do Estado, sempre fez parte da pauta de minhas discussões. Entretanto, Marx não tratou das dificuldades cotidianas que poderiam decorrer de sua sociedade utópica. Particularmente interpreto que, para além do homem defensor da violência como instrumento revolucionário, ele parecia acreditar na natureza humana, aparentemente de modo análogo a Jean Jacques Rousseau em sua teoria do bom selvagem. De outro modo, a mim não é possível compreender uma sociedade constituída sem a regulação de um Leviatã.

Considerando o exposto, diante da cobrança acerca de uma definição mais consistente do comunismo marxista, procuro sempre responder com base em uma comparação de ordem metafísica, embora pareça contraditório em função do próprio ateísmo professado por Marx. Mas há um sentido. Todo cristão, embora não com o mesmo fervor, partilha a premissa de que busca alcançar a salvação de modo a se perpetuar no paraíso. Todavia, o Novo Testamento, onde se inscrevem os ensinamentos de Jesus, aponta apenas o caminho a ser percorrido para se obter tal benesse, sem defini-la objetivamente. Assim, ao crente cabe apenas a esperança, traduzida sob o ponto de vista da fé em Deus, de tratar-se o paraíso de um "bom não lugar", ou seja, de uma eutopia a que todo cristão almeja. Analogamente, assim também argumento acerca da sociedade comunista de Marx. Este, a partir de suas obras escritas, viabilizou esclarecimento ao proletariado quanto ao mal a ser eliminado, ou seja, o capitalismo, de modo a se constituir uma sociedade melhor, uma sociedade comunista. Entretanto, para além do cientificismo, assim como no caso do paraíso cristão, a sociedade comunista também não passa de um "bom não lugar", o qual cumpre ao marxista apenas a esperança, sob o ônus da luta e do sacrifício, pois, conforme argumenta Lyman Sargent (2008: p.1) "a esperança-desejo de uma vida terrena melhor é um aspecto central da experiência humana".

Considerando o exposto, se por um lado a sociedade comunista proposta por Marx pode ser interpretada como uma eutopia, por outro, o caminho a buscá-la teorizado por ele é de tamanha complexidade, que desde o século XIX tem promovido intensos debates e fomentado discórdias, inclusive dentre seus adeptos mais fervorosos, alguns dos quais líderes revolucionários a exemplo de Lenin e Martov no Império Russo. Dito isso, considerando que todos os movimentos revolucionários que reivindicaram o marxismo no século XX têm suas próprias singularidades

históricas e, portanto, não podem ser relacionados homogeneamente, de modo a cumprir a proposta deste texto, doravante irei me ater especificamente ao processo de implementação do socialismo na Rússia, muito embora seus líderes tenham-no rotulado de comunismo, ainda que este, do modo como foi teorizado por Marx, jamais tenha ocorrido ali.

O Império Russo no Final do Século XIX

Tratar da emergência das ideias marxistas na Rússia requer, ainda que brevemente, discorrer sobre algumas circunstâncias históricas do Império no final do século XIX, pois, quando tratamos de utopias "é necessário conhecer algo sobre seu contexto social, econômico, político e intelectual", segundo Lucy Sargisson (2018: p.11). No final do século XIX, o Império Russo² era um gigantesco quebra-cabeça mal encaixado, governado há quase três séculos por uma mesma dinastia, qual seja, a Romanov. Pautada por uma política expansionista agressiva em parte do Leste Europeu e Ásia, tal dinastia concentrou dentro das fronteiras territoriais do Império um incontável número de povos etnicamente, religiosamente e culturalmente distintos, boa parte dos quais insurretos. Visto que a composição populacional complexa dificultava a unidade nacional espontânea, não raro os czares, de modo a garantirem o controle territorial e a manutenção de um absolutismo tardio, usarem de força para tanto.

Outro problema enfrentado pela Rússia no final do século XIX vincula-se à questão econômica. Apesar dos avanços tecnológicos e da expansão do comércio promovidos pelos déspotas esclarecidos Pedro "o Grande" e Catarina II no século XVIII, os entraves do czarismo, o forte controle das terras pela nobreza, a diminuta burguesia, o grande espaçamento entre as cidades, bem como a manutenção formal de uma estrutura agrária atrasada baseada na servidão, inviabilizavam, naquele momento, que a Rússia acompanhasse de igual modo o processo de industrialização observado em alguns impérios do Ocidente Europeu. Assim, no momento em questão, a maior parte do seu pequeno capital industrial, em comparação ao agrícola, era proveniente de capitalistas estrangeiros, fato ilustrativo do seu precário desenvolvimento econômico dependente. Além disso, a indisposição com os judeus contribuiu ainda mais para seu processo de descapitalização.

Sob o temor da ampliação da influência judaica dentro do Império e sofrendo pressão dos patriarcas cristãos ortodoxos, muitos czares cooperaram para a ampliação do antissemitismo. Neste

² O adjetivo "russo" é associado aos "rus" de origem escandinava, cujos líderes, no século IX, dominaram povos de origem eslava da região de Kiev, constituindo ali um reino governado inicialmente por Rurik, que veio a se expandir. Aproximadamente três séculos depois seus descendentes, habitantes de Moscou, situada às margens de um rio de mesmo nome que a batizou, assumiram o controle da Rússia de Kiev, doravante conhecida como Moscóvia. No século XVI, com o advento do czarado iniciado por Ivan IV ("o terrível"), o reino se consolidou com o nome de Rússia, que veio a se tornar um império com os Romanov's (também ligados ao germanismo-báltico), a partir do século XVIII.

sentido, uma de suas manifestações diz respeito aos pogroms. Após o assassinato do Czar Alexander II em 1881, investigações apontaram o envolvimento de um judeu nos acontecimentos, fato que contribuiu para desencadear sucessivos ataques violentos (pogroms) contra os russos de origem judaica. Tais ataques, estimados em mais de duzentos até 1894, foram negligenciados pela polícia e pelo governo, resultando a migração em massa dos judeus a partir de então. Estima-se que entre 1881 e 1920, mais de 2 milhões de judeus, de um total aproximado de 5 milhões, tenham fugido da Rússia e, com eles, parte do capital econômico que poderia ter contribuído para alavancar o desenvolvimento industrial do Império (Revista Morashá, 2006).

Considerando o exposto, o centralismo político combinado com o subdesenvolvimento econômico, como não poderia ser diferente, impactava socialmente a população. A começar pelo campo, a servidão só foi abolida em 1861. Além disso, a emancipação dos mujiques não foi acompanhada de políticas públicas que lhes possibilitassem o acesso à terra que, em quase sua totalidade continuou fortemente controlada pelos boiardos, membros da aristocracia russa. Na prática, a relação de dependência dos primeiros aos segundos se manteve quase que inalterada, assim como o modo de produção e exploração do trabalho, em muito ainda análogos ao antigo feudalismo ocidental, fato que gerava bastante insatisfação.

Se as condições de vida para a maioria da população no campo não eram favoráveis, nas poucas cidades não eram melhores. O operariado, que representava em fins do século XIX aproximadamente vinte por cento da população, trabalhava em meio a jornadas extenuantes, insalubres e recebiam baixíssimos salários, ainda piores para mulheres e crianças. Ali, o modelo de industrialização tardia e em parte dependente, o autoritarismo do governo, a forma como a maioria dos trabalhadores no campo era submetida ao controle da nobreza e a precariedade dos meios de comunicação e informações, dentre outros fatores, contribuíram para retardar a consciência de classe e a luta operária dentro da perspectiva marxista. Assim, a luta operária por melhores condições materiais de existência e de trabalho, observadas em boa parte do Ocidente Europeu no século XIX, não ocorreu com a mesma intensidade na Rússia naquele momento, fato que favoreceu, sobretudo, os interesses dos capitalistas estrangeiros, para além da revolta dos trabalhadores.

Tais circunstâncias desalentadoras eram agravadas ainda mais pela fome e surtos epidêmicos, provenientes de problemas climáticos, baixa produtividade no campo e confiscos agrícolas promovidos pelo governo, de modo a obter recursos financeiros para sustentar a participação da Rússia em guerras, tais como a da Criméia em meados do século XIX e contra o Japão no início do século XX. Estas guerras, aliás, intensificavam alguns paradoxos que agravavam ainda mais os problemas dentro do Império. Em primeiro lugar, comprometiam as finanças do governo, dependente em boa parte de armamentos estrangeiros. O fomento de material bélico, dentre outros

produtos destinados às guerras, implicava no aumento da jornada de trabalho no campo e na cidade, enquanto os alistamentos forçados reduziam a mão de obra masculina, resultando, portanto, na intensificação da exploração do trabalho, particularmente de mulheres e crianças, já submetidas à fome. Além disso, é importante dizer que tais alistamentos despertavam ainda mais insatisfação junto aos segmentos populacionais insurretos dentro do Império, ou seja, junto àqueles que não se consideravam russos, uma vez que não viam sentido em empenharem ou darem suas vidas a causas nacionais as quais não partilhavam ou não se identificavam.

Diante de tal contexto, a Rússia do final do século XIX foi marcada pela emergência de quatro movimentos de contestação que, de acordo com Daniel Aarão Reis Filho (2000: pp.42-47) eram o camponês, que almejava acesso à terra; o operário, desejoso pelo implemento das lutas trabalhistas a exemplo do que ocorria no Ocidente Europeu; o dos não-russos, que levantavam a bandeira das emancipações em relação ao Império e, por fim, o dos militares, defensores de um maior desenvolvimento industrial, aparelhamento das forças armadas, soldos e da redução da influência da contestada aristocracia em postos de comando. Entretanto, apesar das insatisfações, estes movimentos careciam de um elo aglutinador que lhes favorecessem a luta em prol dos seus interesses aparentemente distintos, mas que tinham na estrutura do absolutismo tardio russo a maior razão dos seus entraves. Foi neste cenário convulsionado que emergiu o Partido Operário Social-Democrata Russo - POSDR, o mais importante aos acontecimentos vinculados ao processo revolucionário no século XX.

Bolcheviques e Mencheviques: Um Embate

De inspiração marxista, o POSDR foi fundado em 1898, sob o desagrado do governo czarista, embora não tenha sido o único desafio político do antigo regime russo. Dentre seus integrantes de maior atuação, destaco neste momento Vladimir Ulyanov, mais conhecido como Lenin, e Julius Martov, em função de algumas de suas divergências dentro do Partido. Neste sentido, Martov entendia que o Partido para se fortalecer e conduzir a luta trabalhista, deveria cooptar e aceitar a incorporação flexibilizada de pessoas reconhecidamente adeptas das ideias marxistas, inclusive garantindo-lhes o direito de manifestação, de modo a abrigar o debate político. Já Lenin, apelando para o ortodoxismo, defendia que o Partido deveria ser constituído apenas por pessoas afinadas com um programa de orientação marxista determinado por uma liderança central rígida. Em outras palavras, Lenin passou a defender a unicidade interpretativa do marxismo, de modo a transformá-lo em uma ideologia, incorrendo no erro para o qual chama a atenção Lyman Sargent (2008: p.7), de "considerar determinada utopia como a única forma correta de organização social". Assim, durante a eleição do Comitê Central do Partido em 1903, a ala que concordava com Lenin saiu

vitoriosa, passando a constituir o grupo majoritário dentro do partido, conhecido como Bolchevique. Os derrotados nesta eleição interna, ligados a Martov, passaram a ser conhecidos como Mencheviques.

Para além desta disputa interna, outra querela entre os Bolcheviques e os Mencheviques diz respeito a influência da social-democracia alemã sobre uma parcela destes últimos, embora não especificamente sobre Martov, em muitos aspectos também um crítico desta corrente que reivindicava o marxismo. Tendo como uma de suas principais lideranças o filósofo tcheco Karl Kautsky, em linhas gerais os membros do Partido Social-Democrata Alemão, cujas origens também remontam ao final do século XIX, compreendiam que a luta política dos trabalhadores por melhores condições materiais de existência os conduziria a consciência revolucionária, forma de pensar considerada economicista. No mais, dentro da perspectiva marxista de que o capitalismo cumpre uma missão civilizacional no curso histórico da humanidade, sendo, portanto, um mal necessário, avaliavam que as revoluções burguesas deveriam anteceder as revoluções operárias. Para tanto, argumentavam que uma revolução burguesa, pela sua contribuição à consolidação do capitalismo, favorecia a emergência das duas condições indispensáveis a revolução proletária, quais sejam, o crescimento da classe operária e a marcação das distinções com a burguesia, circunstância importante para a tomada de consciência de classe, bem como o próprio aperfeiçoamento dos meios de produção, que mais tarde deveriam ser cooptados pelos trabalhadores.

Além disso, em termos revolucionários, muitos social-democratas defendiam que a ascensão dos trabalhadores ao controle do Estado se daria por meio de processos eleitorais. Na concepção destes, o gradual processo de conscientização dos trabalhadores em meio ao avanço do capitalismo burguês os conduziriam a uma conduta eleitoral que favorecesse a ascensão política de seus representantes junto as esferas governamentais, até constituírem a maioria e, consequentemente, o poder revolucionário para promoverem as transformações destinadas a organização de uma sociedade análoga a comunista de cunho marxista.

Contrário a tais ideias, Lenin considerava que a consolidação do imperialismo no início do século XX, havia elevado o capitalismo a um outro nível de exploração dos trabalhadores em escala mundial, que inviabilizaria o avanço das revoluções burguesas e, portanto, do capitalismo de igual modo em todos os países, sobretudo naqueles de industrialização tardia como a Rússia³. Assim, para ele, a tomada de consciência de classe dos trabalhadores e o estabelecimento de laços de

³ O livro "A Era dos Impérios", Eric Hobsbawm, em vários momentos, corrobora com tal perspectiva de Lenin. Neste sentido, na página 83, ele esclarece que os países industrializados do ocidente europeu, somados aos Estados Unidos, "constituíam o grosso da economia mundial. Juntos representavam 80% do mercado internacional. E mais, eles determinavam o desenvolvimento do resto do mundo, cujas economias cresciam ao prover as necessidades estrangeiras (...). Algumas economias satélites se saíram melhor que outras, mas quanto melhor se saíssem, maior o proveito das economias do núcleo central. (HOBSBAWM, 2016: p.83).

solidariedade da luta em termos internacionais não seria possível a partir do etapismo social-democrata. Além disso, Lenin considerava absurda a ideia de viabilizar o fortalecimento do inimigo, no caso a burguesia, para depois tentar eliminá-lo⁴. De igual modo, compreendia como ingênua a ideia de que a burguesia permitiria, sem reação, perder o controle sobre os estados nacionais para os trabalhadores pela via eleitoral. Para ele, a democracia política só se manteria como uma concessão burguesa, apenas na medida em que esta conseguisse vencer os processos eleitorais por ela própria elaborados⁵.

Considerando o exposto, para Lenin, não de outro modo, a consciência de classe dos trabalhadores decorreria da intervenção do partido, organizado segundo uma doutrina (proveniente de sua interpretação do marxismo) que deveria ser aceita sem contestação pelos seus membros. Além disso, a tomada do controle do Estado pelos trabalhadores de modo a viabilizar a ditadura do proletariado, só seria possível pela revolução armada. Essa interpretação de Lenin acerca do marxismo, visando aplicá-lo na prática, intentando transformá-lo em uma ideologia, em uma distopia em relação a teoria, se inscreve naquilo que passou a ser conhecido como leninismo, ou marxismo-leninismo.

Como perceptível, as posições entre Bolcheviques e Mencheviques, de modo análogo ao que ocorria em diversas partes da Europa entre a esquerda marxista mais radical e os social-democratas, eram de difícil conciliação. Tais divergências foram se acentuando ao longo dos congressos da Segunda Internacional, iniciada em Paris em 1889 por iniciativa de Engels. Assim, consolidando o

⁴ Fato corroborado pelas dificuldades dos movimentos operários em relação aos enfrentamentos com a classe burguesa na Inglaterra e na França no século XIX, países mais avançados em relação a evolução do capitalismo industrial. Portanto, onde a marcação das distinções de classes mais se fazia presente. Que pese as conquistas trabalhistas obtidas a partir das Trade Unions, além das políticas obtidas pelo movimento Cartista na Inglaterra, a revolução esperada não ocorreu ali. A burguesia, pela força ou manobras políticas, reagiu às perspectivas que pudessem cooperar para a emergência dos trabalhadores em relação ao controle do Estado. Todavia, como será trabalhado adiante, embora a teoria de Lenin seja racional, a revolução em uma Rússia, em muito ainda com características semifeudais, ou seja, sem as condições necessárias provenientes das revoluções burguesas, também apresentou suas dificuldades. Neste sentido, reconhecendo-as, o próprio Lenin, após a Guerra Civil, procurou promover o fortalecimento da economia através de fundamentos inerentes ao capitalismo, por meio da chamada Nova Política Econômica - NEP.

⁵ Neste aspecto, destaco três momentos na história do século XX, em que esta interpretação de Lenin parece fazer sentido, para além da própria Guerra Civil Russa. Na década de 1930, em função da derrota eleitoral dos conservadores para a Frente Popular na Espanha, que agregava socialistas e comunistas, a burguesia daquele País optou por apoiar as pretensões autoritárias do general Francisco Franco, ligado a Falange, iniciando a Guerra Civil. Com o apoio de nazistas e fascistas, os conservadores venceram o conflito, as reformas sociais foram inviabilizadas e o capitalismo mantido por meio de uma das mais longas ditaduras europeias do século XX, ou seja, o Franquismo. Outro momento que serve de exemplo, foi o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. A política de neutralidade do presidente João Goulart, suas propostas reformistas e seu apelo populista, não agradavam aos capitalistas estrangeiros, ao governo norte-americano, a uma parte da burguesia nacional, aos políticos conservadores e a setores das forças armadas. Tais grupos, movidos pelo discurso anticomunista, interesses pessoais e pelo capitalismo dependente, articularam a derrubada do governo. Por fim, outro exemplo análogo foi o do Chile. Insatisfeita com a eleição do socialista Salvador Allende no início da década de 1970, a burguesia chilena, associada ao governo norte-americano, apoiou a ascensão do general Augusto Pinochet a frente de um governo ditatorial. Allende foi assassinado e o Chile se tornou um país protótipo do capitalismo neoliberal engendrado pelo grupo do "chicago boys". Maiores detalhes sobre o assunto, podem ser encontrados em (HOBSBAWM, 2006), bem como em (VIEIRA, 2009).

processo de ruptura dos partidos e grupos políticos que reivindicavam o marxismo como matriz teórica, foi iniciada em 1919 em São Petersburgo, por influência de Lenin, a chamada Terceira Internacional, de modo a agregar os socialistas mais radicais e favoráveis ao processo revolucionário armado. Neste momento, por diferenciação aos socialistas considerados mais moderados, esta ala marxista mais radical, consolidando a apropriação do termo, passou a se admitir como comunista. Destarte, o que teoricamente para Marx era uma finalidade, tratada aqui como uma eutopia, se tornou um rótulo político que contribuiu, sobremaneira, para a confusão epistemológica sobre o assunto, inclusive e não raro, nos meios acadêmicos.

Que pese o fato do próprio Engels (2007 [1848]: p.17) ter ressaltado alguns infortúnios quanto ao uso do termo "socialismo" por parte daqueles que compartilhavam o anseio pela sociedade comunista em meados do século XIX⁶, a apropriação do termo "comunismo" por Lenin face ao governo por ele encetado, também não foi a mais adequada. Neste sentido, um pequeno exemplo que evidencia tal inadequação está relacionado a criação da URSS em 1923, pois, enquanto o nome do País abrigava a palavra "Socialistas", o partido único a frente de sua administração inscrevia a palavra "Comunista". Em outros termos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era governada pelos integrantes do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, outrora os Bolcheviques dissidentes do já citado POSDR.

Considerando que a evolução dos acontecimentos que resultaram na emergência do socialismo real russo (expressão mais adequada ao governo instaurado a partir de Lenin), dispensam a cronologia histórica das revoluções ocorridas na Rússia em 1917 no que tange aos propósitos deste texto, passo às exposições e argumentos pertinentes ao governo dos Bolcheviques, de modo a demonstrar seu desvirtuamento em relação a teoria, ou seja, sua passagem de utopia a distopia.

O Socialismo Real Russo: A Escalada da Distopia Comunista

Lenin assumiu o controle do Estado Russo por meio da Revolução de Outubro de 1917 a frente dos Bolcheviques, sob teste de sua própria teoria a respeito da reação burguesa à ascensão política dos trabalhadores. Como se não bastasse o próprio efeito simbólico assombroso à burguesia internacional, por conta de uma revolução declaradamente anticapitalista, as primeiras medidas de

⁶ Uma das razões vincula-se ao fato do termo socialismo, na primeira metade do século XIX, ter sido fortemente vinculado às teorias de Charles Fourier e Robert Owen, dentre outros, que acreditavam ser possível uma conscientização da burguesia no que tange a conciliação entre a exploração do trabalho e a obtenção de lucros, com as necessidades sociais dos trabalhadores, dentro do sistema capitalista. Por meio de modelos idealizados, tais como os falanstérios (de Fourier) e as cooperativas (de Owen), procuraram, sem sucesso, demonstrar suas teorias. Destarte, Engels, compreendendo ser esta uma visão utópica de socialismo, tinha certa ressalva acerca do termo, uma vez que admitia suas próprias teorias em parceria com Marx, no que tange a etapa de transição do capitalismo ao comunismo, como "científicas", antiutópicas. Daí surgiu o termo "socialismo científico". Parte do conteúdo aqui apresentado, pode ser verificado na nota 76 do capítulo 1 da seguinte referência: (JACOBY, 2001: p.243). Sobre antiutopismo, ver: (MOYLAN, 2016).

Lenin favoreceram a união dos opositores e, consequentemente, a Guerra Civil. Ele iniciou o expurgo interno de qualquer forma considerada de oposição, entre os quais dos Mencheviques. Partícipes ativos dos acontecimentos da Revolução de fevereiro de 1917 que derrubou o Czarismo, bem como do governo provisório então instaurado, após outubro boa parte dos Mencheviques foi encarada como traidora do povo russo. Contribuiu para tanto, dentre outras coisas, o fato de muitos deles terem apoiado a continuidade da Rússia na Primeira Guerra Mundial. Este apoio visava a manutenção dos investimentos dos seus aliados no País, sobretudo da França e da Inglaterra, de modo a que fosse cumprida a etapa de consolidação do capitalismo e, portanto, as condições admitidas como indispensáveis à posterior etapa socialista em direção ao comunismo, como já tratado anteriormente. Neste aspecto, é possível interpretar que, mesmo de modo dependente, a Revolução de Fevereiro de 1917 teve um caráter de revolução burguesa para a Rússia e cumpria o curso etapista defendido pelos Mencheviques, embora com alguns críticos dentre eles, a exemplo de Martov.

Continuando a lista dos desafetos, Lenin também foi duro com a aristocracia e os próprios membros da família imperial. Confinados em Ecaterimburgo, o outrora czar Nicolau II foi assassinado juntamente com sua família, em julho de 1918, de modo a minorar as perspectivas de uma reação aristocrática. No mais, além das perseguições, os membros da nobreza, já desprestigiados politicamente em função da Revolução de Fevereiro, foram afetados economicamente e socialmente após a Revolução de Outubro, uma vez que Lenin retirou-lhes o controle sobre as terras.

No tocante a burguesia, a nacionalização das indústrias e dos bancos foi um dos fatores de indisposição. Como a maioria dos investimentos em tais setores era proveniente de capitalistas estrangeiros, isso afetou também as relações do governo de Lenin com vários países. Além disso, a retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial desagradou, dentre outros, aos governos da França e da Inglaterra, uma vez que isso favoreceu, ainda que em curto prazo, a inimiga Alemanha, por não mais se ver obrigada a lutar em duas frentes. No mais, a própria ideia de uma revolução anticapitalista passou a ser interpretada como uma erva daninha que precisaria ser dizimada o mais rápido possível por vários países capitalistas, a exemplo dos Estados Unidos, de modo a evitar que o seu exemplo servisse de estímulo aos trabalhadores de outras partes do mundo.

Diante do exposto, no mesmo momento em que o governo de Lenin estabelecia um desfavorável acordo de paz com o governo alemão, a Rússia se inscrevia em uma guerra civil em 1918. De um lado, estava o chamado Exército Branco apoiado pelos governos de diversos países capitalistas, a citar a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, bem como integrado por vários grupos ligados aos Mencheviques, aos membros da pequena burguesia nacional, a aristocracia, aos antigos

oficiais do exército czarista, aos investidores estrangeiros, aos religiosos, as parcelas dos "não-russos" interessados nos processos de emancipação e, até mesmo, a alguns segmentos populares revoltados com a truculência do governo liderado por Lenin. Do outro lado, os apoiadores dos Bolcheviques, em geral segmentos ligados ao operariado, a exemplo dos conselhos de trabalhadores (soviets) e, com menor entusiasmo, milhares de camponeses, formavam o que foi chamado de Exército Vermelho.

Valendo-se de procedimentos mais tarde inscritos no rotulado "comunismo de guerra", sob o discurso de viabilizar a vitória sobre os Brancos, Lenin promoveu confiscos agrícolas e de bens religiosos, liquidou a livre concorrência de mercado passando ao Estado o controle dos meios de produção, forçou o alistamento militar, impôs trabalhos compulsórios, elevou as jornadas de trabalho nas indústrias, perseguiu religiosos, ampliou o poder da polícia política, implementou novos campos de concentração e praticou o extermínio de adversários e de todos aqueles que considerasse opositores, ainda que não o fossem de fato. Mais do que ao flagelo da Guerra Civil em si, a população passou a padecer face ao novo regime iniciado por Lenin, ou seja, um regime pautado pelo terror, mais tarde consolidado por Josef Stalin. A esperança depositada em torno da constituição de uma sociedade comunista dentro da perspectiva marxista, passou a dar lugar ao medo que nutre as distopias.

Concluída a fase mais belicosa da Guerra Civil em 1921, a Rússia, submetida a uma tentativa de embargo comercial por iniciativa de muitos governos estrangeiros, passou a depender ainda mais de suas próprias potencialidades. Contudo, Lenin e seus Bolcheviques obtiveram uma vitória pírrica. Por todos os lados o cenário era de destruição, desolação, desconsolo, desespero, medo, desesperança e mortes. No mais, os confiscos agrícolas, o controle das terras e o desincentivo a livre concorrência pelo governo, resultaram em uma diminuição considerável da produção de alimentos, que conduziu boa parte da população a um quadro de fome que, associado às epidemias, levaram outros milhares de pessoas à morte, dizimando, inclusive, metade da população de Moscou e de São Petersburgo.

Diante do quadro tão caótico, em que para muitos a morte se apresentava mais confortante que a tentativa de procurar manterem-se vivos em meio ao novo regime, Lenin percebeu que, sem o restabelecimento de um maior sentimento de esperança, sem a retomada da utopia, um regime apenas baseado no terror seria inócuo aos propósitos revolucionários. Assim, sob a prerrogativa de que às vezes é preciso dar "um passo atrás para avançar dois", Lenin parcialmente reconheceu a inviabilidade de pular etapas, pois, como afirmou Alexander Soljenítsin (1975: p.37), mesmo antes da "guerra civil, era visível que a Rússia, com a estrutura de sua população, não estava preparada, naturalmente, para qualquer tipo de socialismo". Movido por constatação análoga, Lenin, então,

buscando desenvolver uma espécie de "capitalismo de estado", implementou a chamada Nova Política Econômica - NEP.

Embora os expurgos tenham continuado, neste momento muito mais para conter o avanço das reivindicações sociais e justificar a necessidade de manutenção do regime, do que propriamente para conter opositores, no campo econômico a NEP passou a fazer parte do cotidiano dos russos por algum tempo. Apesar de ter mantido as grandes indústrias sob o controle direto do Estado, Lenin autorizou o implemento da pequena propriedade privada no campo, no comércio e em relação aos pequenos empreendimentos industriais, de modo a fomentar a retomada da livre concorrência de mercado e, conseqüentemente, a regularidade e o aprimoramento dos processos produtivos, além da arrecadação de impostos. Para tanto, se valeu de boa parte das terras da antiga nobreza, da expropriação dos bens da Igreja Ortodoxa, além dos recursos provenientes das nacionalizações do início do governo, embora pouco restasse após a Guerra Civil.

Ainda sobre a NEP, Lenin procurou atrair investimentos e capitais estrangeiros, desde que supervisionados pelo Estado, a fim de ampliar as possibilidades de crescimento econômico. Apesar desta última iniciativa não ter logrado maior êxito, visto a tentativa de embargo internacional promovido por alguns governos capitalistas contrários ao bolchevismo na Rússia, a NEP conseguiu apresentar resultados satisfatórios. O intento de Lenin de viabilizar uma pequena burguesia subordinada ao regime, de modo a promover o advento de um capitalismo controlado pelo Estado e, portanto, as mínimas condições para manter vivo o discurso do avanço da revolução socialista, devolveu aos russos alguma esperança, alguma utopia, face ao sentimento distópico então emergente.

Apesar dos atentados que sofreu, que pese a brutalidade política do seu governo de um lado, bem como o culto desenvolvido em torno de sua imagem pessoal do outro, interpreto que com a NEP Lenin conseguiu, em certa medida, evitar o ódio de boa parte da população. Assim, não apenas manobrou para evitar aquilo que Maquiavel considerava o maior erro de um governo, ou seja, ser odiado, como também para passar a história como um dos maiores representantes do marxismo internacional, cujo pragmatismo e "ousadia revolucionária" continuam a ser enaltecidos por alguns intelectuais do presente, a exemplo de Slavoj Žižek (2017). Todavia, a morte de Lenin em 1924, ao invés de potencializar a retomada da utopia, ao contrário, contribuiu para o avanço das manifestações distópicas com a emergência do Stalinismo. Apesar da preferência de Lenin por Leon Trotski em termos sucessórios no fim da vida, Stalin também lhe era próximo e teve sua ascensão política ligada aos trabalhos de repressão a serviço do Partido e posteriormente do regime, conforme é possível apreender dos estudos de Robert Service (2000: pp.369-465).

Ainda sobre Lenin, seja pelos acontecimentos da Guerra Civil, seja pelo reconhecimento de que a Rússia não detinha as condições para a revolução socialista sem o cumprimento satisfatório da etapa capitalista, ou até mesmo, seja por sucumbência ao poder alcançado enquanto líder revolucionário, ele não cumpriu sua maior promessa inscrita nas "Teses de Abril" de 1917: não transferiu o controle da revolução e dos meios de produção aos conselhos dos trabalhadores, aos soviets. Assim, no que concerne o curso revolucionário inerente a perspectiva marxista, compreendo que seu governo sequer chegou a constituir uma "ditadura do proletário". Ao contrário, Lenin promoveu uma ditadura em nome do proletariado, o que é muito diferente. Em outros termos, o que ele fez foi iniciar um regime marcado pelo terror, sob o argumento da "lei da história", ou seja, da necessidade de se levar às últimas consequências uma infinda luta de classes que lhe serve de motor, segundo sua perspectiva marxista.

Pragmatizada por Stalin, a aplicação da lei da história favoreceu a evolução do regime para a sua forma totalitária. Neste sentido, o governo dos Bolcheviques, embora não tenha abolido formalmente os soviets, na prática os usou apenas como "símbolos externos e decorativos de sua autoridade", segundo Hannah Arendt (2006: p.447). Ao assim procederem, tanto Lenin quanto Stalin, retiraram da Revolução de Outubro de 1917 a possibilidade de uma evolução mais consistente em direção a edificação de uma sociedade comunista. Em outras palavras, a distorção da teoria observada durante a tentativa de implementação da sociedade comunista na Rússia, culminou na gradual transição da utopia à distopia, sobretudo com a ascensão de Stalin ao poder.

Sobre o governo de Stalin, é possível afirmar que foi iniciado em um momento muito mais favorável que o de Lenin. Afinal, muitas adversidades provenientes da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil estavam sendo gradualmente superadas. A economia estava sendo favorecida pela NEP. O antigo Império Russo havia cedido lugar a URSS e o poder político centralizado. O País havia se tornado uma referência no que tange a luta à causa comunista, pelo menos em termos simbólicos ou no que tange ao imaginário de uma parte do proletariado internacional. No mais, o aparato repressivo implementado por Lenin havia praticamente inviabilizado formas expressivas de oposição.

Admitindo o exposto como uma realidade histórica, compreendo que, mais do que Lenin, Stalin detinha condições mais favoráveis para dar o passo adiante, para fazer cumprir as "Teses de Abril", a fim de buscar viabilizar a sociedade comunista. Para tanto, era preciso abster-se da cobiça pelo poder político e das benesses inerentes a sua condição de mandatário supremo da URSS. Era preciso despir-se da vaidade de se sentir imprescindível e concordar com a gradual desmobilização do Estado, uma vez observado o arrefecimento da luta de classes em decorrência da prevalência da

classe dos trabalhadores. Era preciso promover a coletivização dos meios de produção. Entretanto, Stalin caminhou no sentido oposto.

No filme "O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei" (2003), dirigido por Peter Jackson e inspirado na obra de John Tolkien, um dos momentos que considero mais significativos, como acredito que o seja pela maioria dos que têm apreço por esta produção, é aquele em que Frodo, à beira da Montanha da Perdição em Mordor, se vê diante da possibilidade de destruir o anel do poder no rio de larva e, conseqüentemente, o mal personificado por Sauron. Entretanto, traindo a esperança nele depositada pelos habitantes da Terra Média, Frodo sucumbiu ao poder do anel, como outros antes dele.

Embora muitos possam discordar do meu ponto de vista, o que é salutar ao debate acadêmico, analogamente avalio que Stalin também esteve em tal condição. Ele poderia ter lançado no rio de larva o anel representativo do controle estatal sobre os meios de produção e da sociedade, a fim de dispersar o mal de um regime autoritário em prol da emergência de uma sociedade comunista. Todavia, assim como Frodo em "O Senhor dos Anéis", Stalin não abriu mão do poder que buscou e foi seduzido por ele. Nesse sentido, separando a ficção da realidade, enquanto na obra de Tolkien a luta pelo anel entre Sméagol e Frodo o conduz a destruição, no caso da URSS o expurgo a Trotsky inviabilizou a organização de uma força capaz de deter Stalin e este implementou um regime totalitário. Destarte, a esperança inerente as utopias cedeu lugar ao medo característico das distopias, conforme já discorrido aqui.

Feita tal analogia, uma vez suprimida a oposição formal, Stalin precisava fabricar novos inimigos de modo a justificar a continuidade do discurso da aplicação da lei da história, bem como seu imprescindível papel em meio a ela. Assim, em 1928 ele aboliu a NEP, planejou a economia, intensificou a repressão e dirigiu sua perseguição aos cidadãos que acumularam algum patrimônio durante a sua vigência, que desenvolviam suas atividades por meio do emprego de mão de obra assalariada, sob o argumento de que era preciso conter os desvios burgueses no curso da Revolução. Assim, dentre os perseguidos neste momento, os kulaks estiveram entre os mais afetados inicialmente pelo stalinismo. Estes, compunham uma pequena parcela populacional ligada ao bolchevismo que, favorecidos sobretudo pela NEP, não apenas foram desapropriados dos meios de produção constituídos no governo Lenin, como se prestaram a figura do inimigo objetivo do regime stalinista. Neste sentido, mesmo os que não reagiram sofreram com a repressão do governo e com a ira dos camponeses mais pobres, estes últimos mais receptivos aos discursos de massa de Stalin, realizados a partir de uma propaganda muito bem elaborada, do culto a sua imagem e de severo

controle dos meios de comunicação⁷. Além dos kulaks, para Alexander Soljenítsin (1975: p.62) outras expressões dos chamados "nepmans", tais como "comerciantes e negociantes, dentre outros considerados "restos da burguesia", também tiveram seu "ajuste de contas" com o regime de Stalin.

Todavia, apenas a perseguição aos favorecidos pela NEP e a propaganda não forneceriam a massa de inimigos objetivos necessários para a sustentação do regime. Para tanto, era preciso fabricá-los. Assim, como avaliou Hannah Arendt (2006: p.443), "o terror na Rússia Soviética (...) aumentou na razão inversa da existência de oposição política interna, demonstrando que a oposição política, ao invés de fornecer o pretexto do terror, foi o último impedimento para que este alcançasse a fúria total".

As nuances da fabricação do inimigo objetivo com base na lei da história, de modo a manter a política do terror sem a qual um regime totalitário não se sustenta, são perceptíveis a partir da leitura do livro "Arquipélago Gulag" de Alexander Soljenítsin. Neste, dentre outras discussões, ele apresenta uma série de casos que vivenciou, presenciou ou tomou conhecimento, de pessoas que foram reprimidas, física e/ou mentalmente, por meio de detenções, torturas, degredos, trabalhos forçados ou assassinatos, com base em acusações juridicamente subjetivas ou até mesmo desprovidas de elementos delituosos reais o que, aliás, era o mais comum⁸. O mesmo Soljenítsin (1975: p.22) esclareceu que as prisões políticas na União Soviética "singularizaram-se durante décadas, precisamente pelo fato de serem detidas pessoas em nada culpadas e, por isso mesmo, de modo algum preparadas para oferecer resistência". No mais, segundo ele, os órgãos de repressão frequentemente não dispunham de "motivo profundo para a escolha, não sabendo que pessoa deter ou não deter", uma vez que importava muito mais os "números a atingir" que a motivação delituosa em si. Assim, tornou-se comum as pessoas saírem a cada dia para o trabalho e se despedirem de seus familiares, diante da incerteza do regresso à noite (SOLJENÍTSIN, 1975: p.22).

Como evidenciado, longe de orientar seu governo em direção ao comunismo de Marx, Stalin, mais que Lenin, optou pela consolidação de um regime totalitário. Ao fazê-lo, subjugou a esperança de milhares de soviéticos acerca de uma sociedade melhor, ao terror que passou a balizar suas vidas. Para muitos, que nos tempos de Lenin ainda poderiam passar da utopia a distopia, durante a fase mais dura do stalinismo nem mesmo isso tornou-se possível, face a incerteza do amanhã. Neste sentido, o stalinismo retirou de milhares de pessoas a capacidade de imaginar até mesmo uma

⁷ A depreciação da figura do kulak foi tão intensa pelo governo, que ele passou a ser admitido como um camponês "mesquinho e desonesto traficante rural, que enriquece não com seu trabalho, mas através da usura e do comércio". (SOLJENÍTSIN, 1975: p.65)

⁸ Neste sentido, o autor destaca a chamada Lei de 7 de agosto de 1932, que permitia aos agentes da repressão uma multiplicidade de interpretações subjetivas, as quais qualquer um poderia se encaixar como delituoso por quase qualquer motivo. A título de exemplo, o autor calcula que, somente em Leningrado (São Petersburgo), entre 1934 e 1935, a repressão tenha liquidado um quarto da população. (SOLJENÍTSIN, 1975: p.68).

sociedade futura pior que a realidade, já que esta era encarada como o próprio fim e a um ato de resistência⁹. Assim, diante da crueza do stalinismo dos anos de 1930, pensar ~~disesperança~~ desamparo passou a ser prerrogativa apenas dos russos mais otimistas, face a incerteza acerca da existência do próprio amanhã.

Conclusão

Passando às palavras finais deste texto, iniciei minhas exposições explorando alguns aspectos da teoria marxista no que concerne ao comunismo, de modo a viabilizar meus argumentos no sentido de inscrevê-lo no campo das utopias, antes de tratar de sua apropriação enquanto ideologia para fins revolucionários, como distopia. Intentando melhorar a explanação sobre o assunto, teci algumas breves definições conceituais acerca de utopia, eutopia e distopia, visto tais abordagens serem de discussão recente nos meios acadêmicos brasileiros. Feito isso, dentre as várias revoluções socialistas que irromperam a história do século XX, optei por tratar dos aspectos históricos que condicionaram a implementação do socialismo real russo, de modo a atender a proposta que titula este texto. Assim, atendo-me a algumas particularidades do marxismo-lenismo, bem como de sua prática enquanto ideologia, com maior ênfase no governo de Lenin do que de Stalin, procurei expor argumentos e desenvolver análises, com o intuito de ratificar a afirmação de tratar-se a prática do socialismo real russo uma manifestação com vocação distópica. Por fim, visto que o conhecimento científico é um devir infinito, qualquer discordância a este texto, que fomenta um debate salutar a bem do conhecimento acadêmico, é muito bem-vindo.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASSAL, Sueli T. Barros. Em Busca dos Amanhãs que Encantam. In: MARX; ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). Tradução: Sueli T. Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

FILHO, Daniel Aarão Reis. As Revoluções Russas. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). **O Século XX - O Tempo das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume II.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** - Ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil. 3ed. São Paulo: Ícone, 2014.

⁹ Ver a recomendação de Soljenítsin aos detentos que quisessem oferecer resistência ao regime. (SOLJENÍTSIN, 1975: p.136).

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 22ed. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX (1914-1991). 2ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JACOBY, Russell. **O Fim da Utopia** - Política e Cultura na Era da Apatia. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Comentado Por Napoleão Bonaparte. Tradução: Martin Claret. 7ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução: Boitempo. São Paulo: Boitempo, 2013. Volume 1

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). Tradução: Sueli T. Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

MOYLAN, Tom. Novos Mapas do Inferno. In: MOYLAN, Tom. **Fragmentos de Um Céu Límpido**. Editores: Ildney Cavalcanti e Felipe Benício. Tradução: Felipe Benício, Pedro Fortunato e Thayrone Ibsen. Maceió: EDUFAL, 2016.

O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei. Baseado na Obra de John R. R. Tolkien. Direção: Peter Jackson. Versão brasileira: Marsh Mallow (São Paulo). Estados Unidos / Nova Zelândia: New Line Cinema / Warner Bros, 2003. DVD - 201 min.

Revista Morashá. A Rússia Czarista e os Judeus. **Revista Morashá**. Edição 53 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/revista/53.html>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

SARGENT, Lyman Tower. **Em Defesa da Utopia**. Tradução: Irene Enes. Via Panorâmica. **Revista Eletrônica de Estudos Anglo-Americanos** / An Anglo-American Studies Journal 2. (2008): pp 3 a 13.

SARGISSON, Lucy. **Fool's Gold?** Utopianism in The Twenty-First Century. New York: Palgrave Macmillan, 2018. Ebook.

SERVICE, Robert John. **Lenin: A Biography**. Londres: Macmillan, 2000.

SOLJENÍTSIN, Alexandre. **Arquipélago Gulag**. Tradução: Francisco A. Ferreira, et. al. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

VIEIRA, Fábio Antunes. **De Policiais a Combatentes**: A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX. 1ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2009.

ZIZEK, Slavoj. As "Teses de Abril", de Lenin. **Blog da Boitempo**. Texto publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/04/07/zizek-as-teses-de-abril-de-lenin>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.